

“EM 1922 NÃO ESTÁVAMOS E HOJE NÓS ESTAMOS?": NOTAS SOBRE O LIVRO-MANIFESTO *MINHA UTOPIA SELVAGEM*

Jairo da Silva e Silva¹

MUNDURUKU, Daniel. **Minha Utopia Selvagem: um manifesto**. 1. ed. Lorena: Uka Editorial, 2022. 62 p.

A indagação que inaugura o título desta resenha dá a tônica da presença e ausência sobre os indígenas no escopo da Semana de 22. Na mesma esteira, questiona Adriana Menezes: “Onde estavam os indígenas na Semana de Arte Moderna de 1922?”. Ela mesma se prontifica a responder: “Se por um lado o grande evento modernista em São Paulo foi marcado pela ausência de artistas indígenas, por outro as referências da cultura dos povos tradicionais estiveram muito presentes no Modernismo, constituindo sua essência antropofágica” (MENEZES, 2022, p. 1).

Para além da Semana de Arte Moderna, o ano de 1922 pariu também aquele que seria um dos mais renomados antropólogos e indigenistas do país, Darcy Ribeiro. Mas, não só. Educador, político, escritor. Nascido em outubro de 1992, a produção do mineiro Darcy Ribeiro o levou à condição de imortal da Academia Brasileira de Letras, sendo ele uma das fontes de inspiração do escritor paraense Daniel Munduruku, indígena de origem Munduruku, autor do livro em epígrafe, cujo título é uma homenagem ao clássico *Utopia Selvagem*, do imortal Darcy Ribeiro, publicado há 40 anos.

No final do mês de junho do ano em que se completa o bicentenário da Independência do Brasil, se completa o centenário da Semana de 22, o centenário de Darcy Ribeiro e 40 anos desde a publicação de *Utopia Selvagem* (RIBEIRO, 1982), num momento – que se espera que seja passageiro – em que ocorrem sucessivos ataques à existência das sociedades indígenas e aos seus territórios (ataques governamentais, do agronegócio, do garimpo e demais setores intolerantes aos povos originários), uma das notáveis vozes da literatura indígena contemporânea, o escritor com a maior produção literária indígena já publicada, tal como uma flecha lançada, Daniel Munduruku, lança o seu 56º livro, intitulado *Minha Utopia Selvagem: um manifesto*, o qual reverbera os valores compartilhados pelo bem-viver das sociedades indígenas.

Se por um lado, a literatura indigenista² da Semana de 22 silenciou as vozes indígenas em suas autenticidades e por outro, Darcy Ribeiro, em sua produção literária discorre sobre a antropologia da civilização, tal como *Utopia Selvagem*, “uma das mais fabulosas histórias da ficção brasileira desde Macunaíma” (RIBEIRO, 1982, apresentação), por meio de sessenta e duas páginas, em *Minha Utopia Selvagem: um manifesto* conhecemos 12 narrativas que apontam saídas para a crise civilizatória que o Brasil enfrenta na contemporaneidade, assim como descreve no texto de apresentação, o então presidente eleito Ciro Gomes: “O que Daniel nos traz com sua habilidade com as letras é um vislumbre forte e poético [...] Nesses tempos tão sombrios não só a floresta, mas também para a cidade, precisamos resgatar essa forma de ver o mundo” (MUNDURUKU, 2022, p. 9).

Aquilo que Ciro Gomes concebe como habilidade com as letras, forte e poético, é, por assim dizer, quando a voz dá lugar à letra e vice-versa. “A literatura indígena brasileira contemporânea está marcada pela atuação direta dos escritores/autores, pela voz e pela letra” (DORRICO, 2018, p. 229). Historicamente, os povos indígenas sempre fizeram uso da oralidade para narrar as suas histórias e memórias. Todavia,

¹ Professor de Letras Língua Portuguesa e Língua Espanhola no Instituto Federal do Pará (IFPA/Campus Abaetetuba). Mestre em Letras - Estudos pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutorando em Letras: Linguagens e Representações na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Membro do Grupo de Estudos em Educação, Memórias e Culturas na Amazônia Paraense (GEMCA/IFPA/CNPq).
Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-0427-7237>
E-mail: jairodasilvaesilva@gmail.com

² Produzida sob um viés ocidental e escrito por não indígenas: “[...] o mundo indígena é o tema, e o índio, o informante. Tal produção [...] visa a informar a sociedade não indígena acerca do homem e de uma perspectiva outra que lhes são (à sociedade não-indígena) alheios [...] discutem o projeto de construção de uma nacionalidade brasileira.” (DORRICO, 2018, p. 236).

A literatura indígena brasileira desenvolvida a partir da década de 1990 é um dos fenômenos político-culturais mais importantes de nossa esfera pública e se insere nessa dinâmica ampla de ativismo, militância e engajamento de minorias historicamente marginalizadas e invisibilizadas de nossa sociedade, que assumem o protagonismo público, político e cultural enquanto núcleo de sua reafirmação como grupo-comunidade e, em consequência, de enfrentamento dessa situação de exclusão e violência vividas e sofridas. (DORRICO et al., 2018, p. 11).

É por meio de sua criação literária que Daniel Munduruku se constitui como uma dos maiores nomes da intelectualidade indígena contemporânea. No 1º capítulo de *Minha Utopia Selvagem: um manifesto* (MUNDURUKU, 2022, p. 13-16), o autor traça um breve panorama de sua origem e pertencimento ao povo Munduruku, discorre sobre a sua formação acadêmica, as premiações recebidas, e como isso tudo o conduziu à Política³, na: “[...] eterna esperança de ajudar na construção de um mundo melhor. Simples assim.” (MUNDURUKU, 2022, p. 16).

Premiado pela Academia Brasileira de Letras (ABL) no ano de 2010, Munduruku concorreu à Cadeira 12 da ABL em 2021, mesmo com a sua vasta produção acadêmica e literária, o país perdeu, por ora, a oportunidade de ter um imortal indígena – estou quase certo que Darcy estaria orgulhoso. Em fevereiro de 2022, o escritor participou do evento “Centenário da Semana de Arte Moderna”, organizado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), na oportunidade, com precisão e crítica certa lançou a sua flecha reflexiva:

Em 1922 não estávamos e hoje nós estamos? Estamos de fato nas instituições, nas universidades e nos governos, como participantes? O fato de alguns indígenas terem reconhecimento não significa que os povos indígenas estejam com seus direitos garantidos na sociedade brasileira⁴.

É exatamente sobre a importância do reconhecimento aos direitos dos povos originários e seus modos de vida que Munduruku discorre no capítulo 2, intitulado “Manifesto” (MUNDURUKU, 2022, p. 17-19), e, ao mesmo tempo, lança o convite à sociedade brasileira: “Alguém dirá que é utopia. Dirá bem. É. O mais legal é saber que ela é possível. Eu a vivi. Eu vim de lá. É o que eu quero oferecer aqui. Esse é o bem-viver que aprendi de minha gente”.

O 3º capítulo (MUNDURUKU, 2022, p. 20-23) trata do senso de coletivismo como modo de vida. Se para muitos, os “sonhos de uma vida mais tranquila, de um trabalho melhor, de mais lazer, cultura e saúde, de cuidado com as crianças e os velhos, de respeito ao meio ambiente, de serviços públicos, [...] de vida plena” (MUNDURUKU, 2022, p. 22), pode soar como utopias; para Munduruku, mediante a consciência política, é possível a concretude de uma “sociedade verdadeiramente solidária, democrática e participativa” (MUNDURUKU, 2022, p. 23), desmantelando a concepção de vida segundo o ideário neoliberal, o qual significa os valores da vida contemporânea como ingredientes indispensáveis da cesta básica do capitalismo, tal como pontua o 4º capítulo, intitulado “Sobre mérito, dom e merecimento” (MUNDURUKU, 2022, p. 24-27). Nesse sentido, o autor evoca a Paulo Freire, convidando-nos à pedagogia da esperança como corolário do bem-viver – essa é a tônica do 5º capítulo, “A esperança do projeto” (MUNDURUKU, 2022, p. 28-31).

O 6º capítulo, “Cidade-teia-educadora” (MUNDURUKU, 2022, p. 32-34) encontra nos ensinamentos da natureza o poder de construção; ou melhor, na aranha, a qual produz a sua teia “entrelaçada, costurada, construída, arquitetada. A teia é o sonho da aranha” (MUNDURUKU, 2022, p. 32). O autor usa a metáfora para explorar os sentidos de comunidade, de pertencimento. Como o gesto de traçar os fios de sentido, na mesma esteira, desfia o 7º capítulo, “Comunhão, partilha, compromisso, solidariedade, companheirismo” (MUNDURUKU, 2022, p. 35-38): “É um sonho? Uma quimera? Uma utopia? Sim, mas também é a esperança no que há de mais humano em nós” (MUNDURUKU, 2022, p. 38).

³ Nas eleições municipais de 2020, candidatou-se a prefeito de Lorena/SP, pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B). Nas eleições gerais de 2022, ao cargo de deputado federal pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT). Não foi eleito em nenhum dos pleitos.

⁴ Mesa 1 “Cultura e ancestralidade: A presença indígena na arte brasileira - Imaginário e identidade”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gcuAmgd6YwA>. Acesso em: 20 out. 2022.

Tanto no 8º capítulo, “A cultura como economia” (MUNDURUKU, 2022, p. 39-43) quanto no 9º capítulo, “Não somos donos da teia da vida” (MUNDURUKU, 2022, p. 44-50), Munduruku critica o *modus operandis* da sociedade moderna no tocante à sua organização econômica, que por vezes, degrada a existência humana e sua dignidade, bem como destrói a natureza. Uma vez mais, recorre ao bem-viver indígena em contraposição ao individualismo ocidental.

A reflexão do 10º capítulo gira em torno de “Trabalho, pão e poesia” (MUNDURUKU, 2022, p. 51-54). O pensador indígena explica que da mesma forma que o trabalho dignifica e enobrece o homem, para que o ser humano se realize plenamente, também é necessário “desenvolver a criatividade, a sensibilidade, a fantasia, a alma; só assim encontrará uma satisfação pessoal completa. Precisamos alimentar nosso lado poético, nosso lado lúdico, nosso ser espiritual” (MUNDURUKU, 2022, p. 52), tal como necessitam os dias atuais.

Já no penúltimo capítulo, o 11º, “Um furo no futuro” (MUNDURUKU, 2022, p. 55-59), uma vez mais, Munduruku evoca ao bem-viver indígena, sublinhando o quanto as sociedades indígenas são detentoras de inúmeras epistemes as quais lhes possibilitaram a existência milhares de anos muito antes da invasão europeia em 1500, bem como vêm garantindo as práticas de resistências desde então. Nessa mesma direção, encontramos tal entendimento nas palavras de outro pensador indígena, Gersem Baniwa:

Os povos indígenas do Brasil possuem uma longa história que se estende por muitos milhares de anos antes da conquista portuguesa, o que faz com que eles tenham um conhecimento genuíno de sua realidade, o que lhes possibilitou viverem e desenvolverem civilizações milenares equivalentes a qualquer outra civilização humana. Os saberes indígenas respondem às suas necessidades e desejos. Suas crenças, valores, tecnologias etc. provêm de um conhecimento comunitário prático e profundo gerado a partir de milhares de anos de observações e experiências empíricas que são compartilhadas e orientadas para garantir a manutenção de um modo de vida específico [...].

Como se explicaria então o desenvolvimento de centenas de complexas civilizações autóctones no continente americano milhares de anos antes da chegada dos europeus? (BANIWA, 2006, p. 169-170).

No derradeiro capítulo, “Utopia selvagem” (MUNDURUKU, 2022, p. 60-62), Daniel Munduruku retoma a ideia inicial de *Minha Utopia Selvagem: um manifesto*, reforçando a necessidade de o sujeito político ser o fio condutor dessa onda magnética [o sonhar, o esperar por dias melhores] que corre nas veias da sociedade. Ao mesmo tempo, chama a atenção do Estado frente à sua responsabilidade para com os povos originários, pois, garantir a existência indígena é garantir a existência da própria humanidade, posto que os modos de vivências das sociedades indígenas se apresentam como ensinamentos, ou ainda, como diria Ailton Krenak (2019), são “Ideias para adiar o fim do mundo”.

À guisa de conclusão, afirma-se que, ao mesmo passo em que é sabido que a Semana de Arte Moderna de 1922 não contou com a presença de artistas/escritores indígenas, é certo ainda que os povos originários foram importantíssimos para a estética do Modernismo, assim como à produção acadêmica, intelectual, literária de Darcy Ribeiro também. Dessa forma, passado um centenário desde a Semana de 22 e o nascimento do referido indigenista, é por meio da própria voz indígena que encontramos lampejos de sensatez frente os dias estranhos que se seguem. *Minha Utopia Selvagem: um manifesto* é, portanto, muito mais que um livro de literatura. É um convite aos valores que significam a noção de pertencimento e coletividade em contraposição ao individualismo e demais devaneios que assolam a vida contemporânea.

REFERÊNCIAS

BANIWA, Gersem dos Santos Luciano. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: MEC/SECAD, 2006.

DORRICO, Julie et al. (org.). **Literatura indígena brasileira contemporânea: criação, crítica e recepção**. Porto Alegre: Editora Fi, 2018. p. 11-14; 227-255.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MENEZES, Adriana Vilar de. As referências indígenas no Modernismo: do caráter antropofágico à reantropofagia. **Ciência e Cultura**, v. 74, n. 2, São Paulo, abr./jun. 2022.

MUNDURUKU, Daniel. **Minha Utopia Selvagem: um manifesto**. 1. ed. Lorena: Uka Editorial, 2022. 62 p.

RIBEIRO, Darcy. **Utopia Selvagem: Saudades da Inocência Perdida - Uma Fábula**. 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982. 160 p.

Resenha recebida em: 24 out. 2022. | Resenha aprovada em: 30 nov. 2022.